

PODER

CPMI: relatório em 60 dias

Após aval do STF para prorrogação, presidente da comissão confia em revisão de habeas corpus para destravar investigações

» ALÍCIA BERNARDES
» EDUARDA ESPOSITO

O presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou que o colegiado deve concluir o relatório final em até 60 dias, mesmo com a possibilidade de prorrogação por até 120 dias autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, o prazo mais enuto é suficiente para entregar uma resposta consistente sobre as irregularidades investigadas na Previdência Social.

A prorrogação foi determinada pelo ministro André Mendonça, que concedeu liminar à comissão e fixou prazo para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), formalize a extensão dos trabalhos. Na decisão, o magistrado ressaltou que a Constituição assegura às minorias parlamentares o direito de investigação e classificou como indevida qualquer omissão que impeça o andamento regular de requerimentos. A decisão do magistrado será submetida à Segunda Turma do STF.

Para Viana, o aval da Corte representa uma “vitória do povo brasileiro” e reforça o caráter constitucional da CPMI. O senador avalia que a prorrogação era necessária diante dos entraves enfrentados até agora, como decisões judiciais que limitaram convocações, além da rejeição de requerimentos e quebras de sigilo consideradas estratégicas para o avanço das apurações.

Na nova fase, a comissão pretende centrar esforços na convocação

Marcos Oliveira/Agência Senado



Viana: prorrogação é necessária diante dos entraves, como decisões judiciais que limitaram convocações

de testemunhas, priorizando pessoas que participaram dos fatos, mas que não são alvo direto das investigações. A estratégia busca reduzir o risco de novos impasses judiciais e garantir a coleta de informações essenciais para embasar o relatório final.

Entre os depoimentos considerados prioritários está o do ministro da Previdência, Wolney Queiroz, além de outros servidores públicos que possam esclarecer procedimentos internos, como cancelamentos de contratos e eventuais falhas administrativas relacionadas às fraudes investigadas. A expectativa é de que esses relatos

ajudem a detalhar o funcionamento dos mecanismos que permitiram os desvios.

O presidente da CPMI também afirmou que pretende recorrer ao STF para revisar decisões que concederam habeas corpus a investigados, na tentativa de viabilizar novos depoimentos. Segundo Viana, há pessoas presas em lugares como Paraíba, Sergipe e Distrito Federal que podem contribuir com informações relevantes. Com a nova estratégia e eventuais revisões judiciais, o senador aposta na consolidação de um relatório mais robusto e conclusivo dentro do prazo estipulado.

Impasse

Na decisão sobre a prorrogação da CPMI, Mendonça determinou que Alcolumbre e a Mesa Diretora têm 48 horas para realizar a leitura do requerimento de ampliação dos trabalhos do colegiado. Caso o prazo não seja cumprido, a decisão judicial autoriza automaticamente a continuidade das atividades.

Com o encerramento da CPMI inicialmente previsto para o próximo sábado, Viana, com o relator da comissão, Alfredo Gaspar (União-AL), e o líder do Novo na Câmara, Marcel Van Hattem (RS), ingressou no STF com mandado de segurança para garantir

» Depoimento adiado

A oitiva do presidente da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), Rodrigo Assumpção, prevista para esta semana na CPMI do INSS, foi cancelada de última hora após a internação do dirigente. A informação foi confirmada pela assessoria da comissão e pela própria estatal. Agora, os parlamentares aguardam a apresentação de atestado médico para remarcar o depoimento. A convocação tem como objetivo esclarecer suspeitas sobre vazamentos de dados e decisões operacionais da Dataprev.

Ministro do STF no alvo

» IAGO MAC CORD

O líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto (PL-PB), protocolou, no Senado, um pedido de impeachment contra o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento acusa Dino de invadir competências exclusivas do Legislativo ao anular quebras de sigilo bancário decretadas pela CPMI do INSS.

A denúncia tem como base a decisão do ministro de suspender deliberações da CPMI, de 26 de fevereiro, que haviam aprovado a quebra de sigilos bancário e fiscal de pessoas investigadas por supostas fraudes previdenciárias — entre eles, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O magistrado justificou que os requerimentos foram aprovados de forma “genérica e sem fundamentação individualizada adequada”. Já a oposição alegou que o argumento é “falacioso e inconstitucional”, ressaltando que a forma de votação simbólica é legítima.

Para Cabo Gilberto, a interferência de Dino comprometeu a investigação ao exigir novas liberações, retardando o acesso a dados estratégicos. A denúncia afirmou, ainda, que houve violação à separação de Poderes, acusando o magistrado de agir como “agente político” para defender o filho do presidente.

Poder da

é caminhar ao lado do Brasil há 113 anos.

Elizabeth
Colaboradora

Parceria

Ronaldo
Participante Shell Iniciativa Jovem

Jéssica
Participante Shell Eco-marathon

Nathalia
Engenheira

Para a Shell, ser parceira do nosso país é impulsionar a economia, desenvolvendo tecnologias, formando talentos e criando oportunidades que transformam vidas.

Da pesquisa científica ao empreendedorismo, nossa presença fortalece o presente e contribui para um futuro com propósito.

Esse é o poder de construir junto.
Esse é o poder da parceria.

Energia que vem da gente